

## **Os acervos audiovisuais no Brasil: o leilão do acervo da Manchete<sup>1</sup>**

Juliana TILLMANN<sup>2</sup>

Doutoranda em Mídias e Mediações Socioculturais, Escola de Comunicação  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

### **Resumo**

Este artigo discute alguns pontos de debate sobre os acervos audiovisuais no Brasil e que levam à reflexão, tendo como fio condutor a reportagem da revista Piauí, do dia 11 de junho de 2021, com a manchete O encalhe de *Pantanal* e *Dona Beija*, sobre o leilão de parte do acervo da extinta TV Manchete. Os seguintes pontos serão debatidos: a falta de políticas públicas de preservação audiovisual e os esforços de constituição de planos de salvaguarda e difusão de acervos audiovisuais; o estado de conservação do material preservado; seu acesso e divulgação; os usos dos acervos de forma mercadológica e seu potencial de venda.

### **Palavras-chave**

Acervos audiovisuais; Rede Manchete; salvaguarda.

### **Introdução**

Este artigo discute alguns pontos de debate sobre os acervos audiovisuais no Brasil e que levam à reflexão, tendo como fio condutor a reportagem da revista Piauí, do dia 11 de junho de 2021, com a manchete *O encalhe de Pantanal e Dona Beija*, sobre o leilão de parte do acervo da extinta TV Manchete. Os seguintes pontos serão debatidos: (1) a falta de políticas públicas de preservação audiovisual e os esforços de constituição de planos de salvaguarda e difusão de acervos audiovisuais; (2) o estado de conservação do material preservado; (3) seu acesso e divulgação; (4) os usos dos acervos de forma mercadológica e seu potencial de venda.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT História das Mídias Audiovisuais, integrante do XIII Encontro Nacional de História da Mídia.

<sup>2</sup> Doutoranda de Pós-graduação em Comunicação e Cultura/UFRJ, linha Mídias e Mediações Socioculturais, e-mail: [jujutcr@gmail.com](mailto:jujutcr@gmail.com).

A reportagem em questão, escrita por Italo Bertão Filho, descreve a situação como: “Acervo com mais de 25 mil fitas da Rede Manchete vai a leilão, mas não atrai nenhum comprador”. Na verdade, no que diz respeito a “atrair compradores”, a afirmação jornalística se limita ao fato de que não houve nenhum lance no leilão. Isso não significa que não havia e não há pessoas, pesquisadores ou não, e acervos interessados neste rico material. Mas é fato que não houve lance e esta situação revela alguns aspectos da nossa realidade brasileira. Este é o tema deste artigo. O jornalista da revista Piauí começa a matéria assim:

Que tal levar para casa momentos significativos da televisão brasileira pelo preço de um apartamento à beira-mar na Avenida Atlântica, um dos pontos mais valorizados do Rio de Janeiro? A possibilidade se apresentou entre os dias 3 e 19 de maio, quando o site Faro Online leiloou o arquivo de imagens que pertenceu à extinta Rede Manchete. Fundada em junho de 1983 pelo empresário Adolpho Bloch, então dono de um conglomerado que englobava uma editora e diversas rádios, a emissora saiu do ar dezesseis anos depois, fustigada por dívidas, batalhas judiciais e uma expressiva queda de audiência. As mais de 25 mil fitas de vídeo que compunham o pregão estavam avaliadas em 3,7 milhões de reais e não receberam nem sequer um lance. Absolutamente ninguém se interessou pelo acervo, que muitos ex-funcionários da Manchete julgavam desaparecido. Problemas acerca dos direitos autorais e dúvidas sobre a conservação do material podem ter travancado o negócio. Os responsáveis pela massa falida da emissora ainda não divulgaram a data do novo leilão. (Piauí, 2020)



Adolpho Bloch no controle mestre da Manchete, em 1983 (reprodução do site UOL).

Além de apresentar quantitativamente o acervo, “mais de 25 mil fitas de vídeo”, e o valor do lance inicial, “3,7 milhões de reais”, Bertão Filho fala de duas situações características de nossas práticas culturais, uma do sistema legislativo e outra arquivística. A primeira, legislativa, se refere aos processos referentes à falência e às leis de direitos autorais e patrimoniais. A legislação autoral no Brasil é assunto para um outro artigo e debate, mas se pode afirmar que, como toda a legislação brasileira, está sujeita a interpretações de juízes e defesas de advogados, porque, apesar de haver uma legislação específica sobre autoria, há o direito moral constitucional de 1988, que é soberano, e outras leis sobre patrimônio e imagem que, quando confrontadas, só podem ser resolvidas na Corte e estão sujeitas à interpretação da juíza ou do juiz responsável. O segundo ponto, que revela a realidade arquivística do país, é que, até muito pouco tempo atrás, não era de conhecimento geral onde estava o “acervo, que muitos ex-funcionários da Manchete julgavam desaparecido”.

Com uma breve busca nos jornais e revistas brasileiros, encontramos diversas matérias sobre os imbróglios envolvendo a gestão do acervo, as dívidas e a má conservação. Em 04 de agosto de 2002, a Folha de São Paulo, dá a manchete *País sem memória: Acervo da Manchete está se perdendo*. A reportagem fala sobre o processo “kafkiano”, a falta de interesse comercial dos proprietários e também da falta de valorização cultural do conteúdo artístico. Em 20 de janeiro de 2013, o jornal O Globo, publicou a matéria *Na prateleiras da Memória*, em que Artur Xexéo começa “Dizem que o Brasil não tem memória. Sendo assim, é natural que a televisão seja um pouco esquecida”. As duas reportagens, com mais de dez anos de diferença entre si e entre a matéria da Piauí parecem denunciar as mesmas questões. A capa do Segundo Caderno, como podemos ver na imagem de reprodução abaixo, traz a fotografia das prateleiras do Acervo da TV Manchete e cenas de programas de sucesso, como a transmissão do carnaval, as novelas *Dona Beija* e *Ana Raia e Zé Trovão*, o infantil *Clube da criança*, com a apresentadora Angélica, e o *Jornal da Manchete*.



Mais uma vez, como afirmou Benjamin a propósito da fotografia, os mandarins da Cultura continuarão a se perguntar se a televisão pode ser considerada como cultura enquanto – gostemos ou não, para bem ou para mal – é a própria noção de cultura, sua significação social, o que está sendo transformado pelo que a televisão produz e em seu modo de reprodução. (MARTÍN-BARBERO, 1997, p.298).

Mas é possível afirmar, como pesquisadora de televisão, que há na Academia brasileira um enorme preconceito com o meio, apesar da sua centralidade como mídia massiva, no sentido de comunicação com uma enorme quantidade de pessoas, e relevância nas produções de sentidos e práticas cotidianas no Brasil. Antes de adentrar no primeiro tópico de discussão, mais um ponto se faz relevante. Definir o que é um acervo audiovisual, que além dos registros de imagem e de som, em variados suportes, também inclui uma enorme variedade de registros textuais (roteiros, documentos administrativos, de censura, pesquisa de conteúdo, perfis de personagens etc), iconográficos (pesquisa de referências, fotografias da produção, croquis de figurino etc) e museológicos (cenário, maquetes, adereços, figurinos etc). Aqui utilizei uma linguagem arquivística (textual, museológica, iconográfica) somente para fins de comunicação porque são conceitos que estão em debate e disputa por não servirem plenamente para a organização dos acervos.

Aureo Busetto define resumidamente a situação dos acervos audiovisuais no Brasil:

Em termos de arquivos públicos, o pesquisador brasileiro conta, atualmente, apenas com o limitado acervo da produção da extinta TV Tupi, parte salvaguardado e parcialmente digitalizado pela Cinemateca de São Paulo, e no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, como será detalhado mais adiante. A maioria dos acervos da produção televisiva das últimas décadas segue constando, quando preservada e arquivada, nos centros de documentação das emissoras em atuação, quer sejam privadas, quer públicas. Os poucos registros que sobraram da produção de emissoras extintas se encontram pulverizados em diferentes locais, envoltos em indefinições quanto à sua propriedade e sujeitos a variadas situações de preservação. (Busetto, 2014, p. 389)

### **Acervos audiovisuais no Brasil e na França**

Apresentado, de forma muito breve, a situação dos acervos audiovisuais no Brasil, agora, entramos na discussão dos pontos propostos, afim de levantar certos problemas graves. (1) No Brasil, não há uma legislação ou uma política de preservação e divulgação do conteúdo televisivo, incluindo aí as telenovelas brasileiras, o jornalismo, programas de auditório e

musicais etc. Isso diz muito sobre as práticas de produção do conteúdo audiovisual televisivo, que tem como característica, no Brasil, a prevalência de empresas privadas no setor, inclusive com um grande domínio de mercado por parte da TV Globo. Por outro lado, há exemplos de outros países, em que o governo tinha ou tem maior domínio ou exclusividade dos canais televisivos, e que têm centros de memória ricamente financiados e valorizados, como é o caso da Colômbia, com o acervo Señal Memoria<sup>3</sup>, e da França, onde a televisão pública foi predominante por muitas décadas. Na França, há uma política de divulgação e preservação do conteúdo audiovisual, que conta com um grande centro de documentação, o Institut National de l'Audiovisuel (INA).

A discussão sobre o acesso, ou dizendo mais claramente, a falta de acesso aos acervos audiovisuais do Brasil é necessária e iminente. Antes de tudo, não há uma política de preservação e divulgação por parte do governo Federal sobre a preservação e divulgação dos acervos televisivos. Há, na verdade, iniciativas isoladas de universidades, arquivos e museus, muitas vezes em parceria. Este é o caso do Banco de Conteúdos Culturais da Cinemateca de São Paulo, em que esta parceria público-privado resgatou uma pequena parte do acervo da extinta TV Tupi; do acervo da Empresa Brasil de Comunicação (EBC); e da TV Cultura de São Paulo. Por outro lado, os acervos das televisões privadas são de difícil acesso, escasso contato e muitas impedições de acesso. A peculiaridade da televisão brasileira é a predominância da produtiva e de audiência da TV Globo, em vários aspectos, mas principalmente ao que se refere às telenovelas. Grande parte de todo o material audiovisual de telenovelas é da empresa, que restringe a pesquisa, o acesso e a divulgação das obras. Essa é uma discussão urgente porque impacta a história e a memória da televisão brasileira. O pouco acesso compromete a valorização do fenômeno telenovelesco e televisivo no Brasil e o seu reconhecimento, pesquisa e debate sobre as mediações da telenovela.

É possível identificar, nas produções acadêmicas e debates e em eventos da área, que muitos estudiosos de televisão acreditam que a TV Globo tem uma política definida de preservação e acesso ao Acervo (antigo Cedoc) e ao conteúdo que é produzido pela empresa. Esta percepção se dá por algumas razões: existe um centro de documentação, um acervo de figurino, um de cenário e outro de produção, o Memória Globo e o Globo Universidade, que administra o relacionamento dos pesquisadores com a empresa, além do Acervo Roberto Marinho, do Memória O Globo e Memória Rádio Globo. No entanto, como ex-funcionária

---

<sup>3</sup> Para mais informações, ver <https://www.senalmemoria.co/>.

da empresa, trabalhando com acervo, posso afirmar que não há uma política de guarda, organização e acesso definida e, sim, cada gestor de área gerencia com diretrizes desenvolvidas individualmente ou com suas equipes, sem compartilhar saberes, tecnologias ou material. Cada setor foi criado e desenvolvido, muitas vezes, por iniciativa de funcionários interessados e não de uma política central vinda de altos executivos da empresa, apesar de serem aprovadas por eles. Estes funcionários viam a necessidade de constituição de um arquivo, tanto para preservação como para geração de lucros futuros. No entanto, nem sempre foram contratados profissionais da área, como arquivistas, museólogos ou historiadores, e, por esta razão, a organização não foi submetida à critérios técnicos de guarda e preservação. Os diferentes acervos também não têm integração entre si, não dialogam, e é comum uma disputa pela informação, o que restringe o acesso inclusive dentro da própria empresa. O acesso ao conteúdo dos acervos da TV Globo e do Grupo Globo não dependem de uma política unificada da empresa e sim dos critérios estabelecidos por cada gerência e seus setores. Essa falta de uma política definida, além de dificultar o acesso de pesquisadores externos, atrapalha a própria empresa de elaborar políticas de preservação e até de geração de renda de forma eficaz.

Enquanto que no Brasil não há uma política pública de preservação de acervos audiovisuais, em 1975, o governo francês vem articulando políticas de preservação e criou o l'Institut National de l'Audiovisuel (INA). Entendendo a historicidade não só dos documentos como dos acervos em que estão salvaguardados e discutir as práticas de conservação do conteúdo audiovisual e da ficção. Desde 1974, foram promulgadas leis que criaram o INA e o tornaram responsável pela preservação de arquivos, pesquisa em criação audiovisual e formação profissional. Nos anos 2000, houve um grande esforço de catalogação dos documentos e, em 2006, o acervo foi aberto ao público para acesso online. O INA promove, junto ao público geral, uma política de valorização dos arquivos para fins educacionais e culturais, tendo como tarefa principal coletar e conservar fundos audiovisuais franceses, salvaguardando arquivos de canais públicos de rádio e televisão desde 1945, com mais de 1.400.000 horas, incluindo 700.000 horas de rádio e 700.000 horas de televisão, e também fundos e coleções particulares. Há uma política bem delineada e um esforço na preservação do conteúdo audiovisual e sonoro.

As pesquisadoras francesas Évelyne Cohen e Marie-France Chambat-Houillon argumentam que, “em um mundo em movimento, em plena mudança e às vezes até em crise, o patrimônio visual, sonoro e audiovisual são aspectos importantes para pensar o presente e

vislumbrar o futuro das produções humanas, culturais, artísticas e a mídia” (2013). No Brasil, ao contrário do cenário francês, os arquivos de televisão e rádio não são objeto de políticas públicas de preservação e valorização do patrimônio. Os documentos que podem ser fontes para a história e a memória da televisão estão dispersos em acervos privados e públicos, sem critérios de guarda, e, muitas vezes, não estão catalogados e permanecem desconhecidos. Parte das coleções foram depositadas em instituições públicas de arquivamento e conservação, como os Arquivos Nacionais, a Cinemateca Brasileira e o Museu da Imagem e do Som (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte). No entanto, a maior parte da produção audiovisual foi produzida por empresas privadas, que faliram ou fecharam, se perdendo grande parte dos documentos, ou está restrita às regras internas de cada empresa, como a TV Globo, o que limita o acesso do público a essas fontes. Há um grande esforço por parte das pesquisas acadêmicas, desde a década de 1970, e das redes de pesquisa sobre televisão e memória para se compreender as práticas de produção audiovisual e sua preservação e acredito que, através da experiência no INA, possa trazer uma grande contribuição para esse debate.

Apesar da falta de políticas públicas, diversas organizações brasileiras se articulam em favor da preservação desses acervos audiovisuais. Como é o caso da Associação Brasileira de Preservação (ABPA), que promove encontros e desenvolveu o Plano Nacional de Preservação Audiovisual, que ainda não foi acatado pelo governo.

O próximo ponto é sobre o (2) estado de preservação desta documentação:

Outro problema é o estado em que se encontra o material. Quando encerrou suas atividades, segundo reportagens da época, a Manchete possuía 98 mil fitas em diferentes formatos, todos analógicos: do antiquíssimo U-Matic, comum nos anos 1980, à Betacam SP, já dos anos 1990. “De início, a emissora se caracterizava por investir em equipamentos novos e estar sempre à frente na evolução tecnológica”, relembra o professor Fernando Morgado, que dá aulas sobre mercado audiovisual nas Faculdades Integradas Hélio Alonso, do Rio. Atualmente, porém, aqueles formatos estão superados e só poderão ser convertidos ao digital com o uso de equipamentos específicos. Para piorar, um laudo assinado por uma perita judicial em 2015 e disponibilizado no leilão indica a quantidade de fitas colocadas à venda, mas não se refere à conservação delas.

Em altas temperaturas, o material corre o risco de se desmagnetizar, o que arruinaria seu conteúdo. Até pouco antes de a Manchete fechar, o arquivo da emissora era refrigerado e dispunha de desumidificadores. Entretanto, nos meses derradeiros da empresa, a manutenção ficou de lado, principalmente devido à greve dos funcionários. “Recordo-me de entrar no arquivo, sentir cheiro de mofo e avistar uma caixa de fitas se degradando em cima de uma mesa”, conta o radialista Eduardo Miranda, que chefou a

divisão de cinema na Manchete entre 1993 e 1999. Quando o Grupo Bloch decretou falência, em 2000, o acervo estava guardado sob condições precárias na sede do conglomerado, que se localizava no bairro carioca da Glória. Mais tarde, foi removido para um galpão no Rio e, de lá, para um depósito na Zona Leste paulistana, onde se mantém desde então. Em janeiro, o advogado Manuel Angulo Lopez, síndico da massa falida, afirmou à juíza Maria Rita Rebello Pinho Dias, da 3ª Vara de Recuperações Judiciais e Falências de São Paulo, que as fitas permaneceram durante muito tempo sem ar-condicionado, sob forte calor e sujeitas à poeira enquanto estavam no Rio. (Piauí, 2021)

Este trecho da reportagem explicita um dos maiores problemas dos acervos audiovisuais no Brasil: as condições de preservação. Este problema decorre tanto da falta de verbas que ocasionam precariedades estruturais que não previnem e nem combatem de forma eficaz incêndios, humidade, enchentes, vazamentos, amarelecimento e sujidades, como da pouca valorização cultural destes acervos. Um outro aspecto da situação dos acervos, também fruto de desconhecimento técnico e não valorização cultural, é o desmembrar dos acervo, que vai contra uma corrente de pensamento arquivística que não separa os acervos exatamente porque descaracteriza a própria história de acumulação. Esta prática também fica presente na reportagem:

Entre os itens colocados à venda, destacavam-se as novelas Pantanal, A História de Ana Raio e Zé Trovão, Kananga do Japão e Dona Beija – as duas últimas com a participação do escritor Carlos Heitor Cony em suas sinopses. Também chamavam a atenção as minisséries Marquesa de Santos e O Canto das Sereias, dirigidas por Maurício Sherman e Jayme Monjardim, respectivamente. O pacote ainda incluía transmissões carnavalescas, eventos esportivos e atrações infantis, além dos programas Documento Especial, criado pelo jornalista e cineasta Nelson Hoineff, Bar Academia, apresentado pelo ator Walmor Chagas, e Cabaré do Barata, comandado pelo humorista Agildo Ribeiro.

Como as mais de 25 mil fitas se dividiam em 69 lotes, o comprador não precisava levar todo o conjunto de uma vez. Poderia ficar com apenas uma novela, por exemplo. A produção mais cara era Pantanal, orçada em 357 mil reais. Logo depois, vinham Dona Beija (345 mil reais), Marquesa de Santos (298 mil reais), A História de Ana Raio e Zé Trovão (265 mil reais) e Kananga do Japão (238 mil reais). (Piauí, 2021)

## **Acesso e divulgação**

O próximo ponto, que será abordado brevemente, é o (3) acesso aos conteúdos e divulgação. Como dito anteriormente, as empresas limitam o acesso e o uso aos seus acervos, mesmo que para uso acadêmico. Mas há um outro problema que aflige os acervos audiovisuais em sua dimensão de acesso e divulgação: a obsolescência dos aparatos técnicos.

As tecnologias de gravação e reprodução mudaram e mudam desde 1950, quando estreou a televisão no Brasil. Parte do material preservado não tem mais o aparelho reprodutor ou um técnico especializado que o conserte ou mesmo peças. Além disso, muitos suportes se degradaram ao longo do tempo ou foram perdidos, às vezes por falta de conhecimento de preservação ou de uma política de guarda por parte das empresas ou foram reutilizados devido à escassez de recursos e a uma visão dos VTs muito mais como aparatos de produção do que de arquivamento. Outros tantos foram perdidos em incêndios. Outros, esperam para ser convertidos em formatos mais contemporâneos.

Outro aspecto sobre o acesso é a desinformação sobre a situação dos acervos, como podemos observar nas duas citações abaixo, tanto na avaliação do professor Busetto como no relato da reportagem:

As atuais situações de arquivamento de audiovisuais televisivos guardam em comum a inexistência de amplas e precisas informações públicas sobre o volume e a qualidade destes e sobre as possibilidades de acesso público a eles, ainda que para efeito de pesquisa acadêmica. Em termos de acervo e acesso, pode-se traçar um quadro parcial de situações vigentes com base na pouquíssima informação pública disponível sobre o assunto, seja como relação às emissoras atuantes, seja aos acervos ou fragmentos de gravações de programas de emissoras extintas. Quadro parcial que engloba tão-somente os acervos das redes de TV aberta, cujas sedes (cabeças de rede) se localizam ou se localizavam no eixo São Paulo-Rio de Janeiro, restrição de foco que, no entanto, ganha relevância quando se observa que tais redes desde a segunda metade da década de 1960 se constituiriam em polos produtores de grande parte da programação exibida e consumida nacionalmente. De qualquer forma, há um pouco mais de informações públicas sobre o arquivamento e acesso de audiovisuais das emissoras abertas em atuação quando comparadas às relativas aos registros que restaram de suas congêneres extintas. No primeiro grupo se encontram os acervos das redes de televisão Globo, Record, Bandeirantes e SBT, bem como o da pública Cultura de São Paulo. No segundo, está o pouco material sobrevivente das extintas redes Tupi, Excelsior e Manchete. A situação é pior no caso das extintas TV Rio, TV Continental e TV Paulista, cujas produções, até onde é sabido, não contam com registros. (FOLHA DE S. PAULO, 20/08/2000). (Busetto, 2014, p 390)

## **Considerações Finais**

Esta situação do acesso também revela uma outra faceta destes acervos, o valor monetário de reprodução.

Ainda em 2005, a TV Cultura recebeu 5 mil fitas pertencentes à filial paulista da Manchete. O material, doado, agora integra os arquivos da emissora pública de São Paulo, que não o coloca no ar pelas dúvidas em relação aos direitos autorais. (Piauí, 2021)

Estas dúvidas em relação aos direitos autorais traz o último aspecto que gostaria de levantar a partir da reportagem: (4) os usos mercadológicos dos acervos de televisão. No caso brasileiro, além dos usos no jornalismo e em documentários, é possível identificar esse potencial em atrações televisivas da TV Globo como *Vale a pena ver de novo*, *Vídeo Show*, o canal de TV à cabo Viva e a plataforma de streaming Globoplay. Em relação ao canal Viva, este foi o mais assistido da televisão à cabo em 2020<sup>4</sup>, sendo sua programação, exclusivamente, de reprises, principalmente novelas. Já a plataforma Globoplay, vem desenvolvendo uma estratégia de marketing acerca suas novelas antigas que compõem seu acervo audiovisual, tendo obtido números grandiosos, maiores que os números da concorrente Netflix, segundo relatos de funcionários que não querem se identificar.

Futuros compradores do acervo que desejarem revendê-lo ou exibir os programas publicamente deverão enfrentar dificuldades. É que o edital do leilão não menciona os direitos autorais dos conteúdos de cada fita. “Parece-me existir uma falha gritante no edital, que transfere para os eventuais compradores apenas os suportes físicos, sem dizer nada sobre o que há dentro deles”, afirma o advogado Gustavo Martins de Almeida, doutor em direito autoral. “De fato, o edital aborda o assunto com pouca clareza”, reitera o advogado Allan Rocha de Souza, diretor científico do Instituto Brasileiro de Direitos Autorais. Na sua opinião, a mera compra dos suportes físicos não permite reproduzir as atrações em público. “São coisas diferentes. Adquirir as fitas não implica a transferência automática dos direitos autorais.” (Piauí, 2021)

Segundo a análise dos advogados, a obscuridade acerca dos direitos autorais impossibilita a transmissão do conteúdo do acervo da Manchete, que estava no leilão, e, por esta razão, segundo a reportagem, não atraiu compradores. Mas o interesse histórico não seria suficiente? A dívida da Rede Manchete com a União não poderia ser paga com esse acervo? Um aspecto muito importante dos acervos audiovisuais está subliminar na reportagem: a memória e a história. As produções televisivas Brasil, além do aspecto do entretenimento e da informação, também podem ser vistas como memória, porque são lugar de experiências e desejos encenados audiovisualmente. Mas parece que não se valoriza muito este aspecto da história do país.

Em janeiro, respondendo à juíza do processo, Manuel Angulo Lopez declarou que a falta de interessados num possível leilão demonstraria que “as fitas possuem valor histórico e cultural, mas não comercial”. (Piauí, 2021)

---

<sup>4</sup> Ver <https://www.uol.com.br/splash/colunas/feito/2020/07/05/canal-viva-supera-globonews-em-audiencia.htm>

Este aspecto é levantado no processo, mas parece que, por não haver um valor monetário mais imediato, o acervo perde seu valor de maneira geral, reforçando a fragilidade de como se enxerga a dimensão cultural e histórica da televisão. Este artigo é um esforço para reverter essa visão.

## **Bibliografia**

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Prefácio de Néstor García Canclini; Tradução: Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

BUSETTO, Áureo. Vale a pena ver de novo – organização e acesso a arquivos televisivos na França, Grã-Bretanha e no Brasil. São Paulo: **História**, v.33, n.2, p. 380-407, jul./dez. 2014 ISSN 1980-4369

CHAMBAT-HOULLON, MARIE-FRANCE; COHEN, ÉVELYNE. **Archives et patrimoines visuels et sonores**. IN: Sociétés & Représentations; Éditions de la Sorbonne, 2013/1 n° 35, p. 7 – 14. <https://www.cairn.info/revue-societes-et-representations-2013-1-page-7.htm>

PIAUI. **O encalhe de Pantanal e Dona Beija**. Revista Piauí, 11/06/2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/o-encalhe-de-pantanal-e-dona-beija/?fbclid=IwAR2P866Rxv0R4ESccGq5ahEa6TKbFqXmD24q8cHRN6JWkjL3H0fI%E2%80%A6>